

RECURSO ESPECIAL Nº 1.783.749 - RO (2018/0320070-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : CONSTRUBEL CONSTRUÇOES LTDA
ADVOGADOS : FRANCISCO RICARDO VIEIRA OLIVEIRA - RO001959
JOAO BOSCO VIEIRA DE OLIVEIRA - RO002213
RECORRIDO : ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S/A
ADVOGADOS : RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH - DF026966
ALEX JESUS AUGUSTO FILHO - SP314946
FELIPE NOBREGA ROCHA - DF286551
ANA LETÍCIA CARVALHO DOS SANTOS - DF052903
TIAGO BATISTA RAMOS - RO007119
DANIEL NASCIMENTO GOMES - SP356650

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por CONSTRUBEL CONSTRUÇÕES LTDA., com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, em face de acórdão assim ementado (fl. 2.343, e-STJ):

Apelação Cível. Ação de cobrança. Justiça gratuita deferida.
Contrato de prestação de serviços. Preço global fixo e irrevogável.
Aditivo contratual para aumento do preço e prazo. Cobrança além da contratada. Pedidos. Improcedência. Mantida sentença. Recurso não provido.

É possível a concessão dos benefícios da justiça gratuita à pessoa jurídica que apresenta prova documental suficiente da sua atual condição de hipossuficiência. Contudo, tal concessão não afasta a sua responsabilidade pelas despesas processuais e honorários advindos da sucumbência, apenas permite a suspensão da exigibilidade.

Tratando-se de contrato de prestação de serviços celebrado com prazo certo e preço global, a superveniente celebração de um termo aditivo contratual pelas partes é suficiente para englobar os serviços adicionais reclamados pela empresa apelante, pois, além de prorrogar o prazo para conclusão do serviço, houve incremento no preço total pago, de modo que não é cabível a cobrança em valor acima do preço global ajustado.

Opostos embargos de declaração, esses não foram conhecidos, com a

imposição de multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa (e-STJ, fls. 2.362-2.366).

Nas razões de recurso especial, a recorrente alega violação dos arts. 884 do Código Civil de 2002 e 489 do Código de Processo Civil de 2015, além de divergência jurisprudencial.

Sustenta, em síntese, que o acórdão recorrido julgou contrariamente à prova dos autos e que não enfrentou todos os argumentos deduzidos no processo.

Aduz que a empresa recorrida pretende locupletar-se de forma ilícita.

Busca a procedência da presente ação para que seja a recorrida condenada "ao pagamento da importância de R\$ 340.290,01 (trezentos e quarenta mil, duzentos e noventa reais e um centavo), conforme Nota Fiscal de Prestação de Serviços n. 000060, emitida na data de 28/01/2014), e que deverá ser corrigido e atualizado, acrescido de juros e correção monetária, a partir da citação até o seu efetivo pagamento" (e-STJ, fl. 2.375) e, ainda, por danos morais.

Contrarrazões às fls. 2.380-2.410 (e-STJ), pelo não provimento do recurso.

O recurso especial foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 2.412-2.413 (e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Da análise dos autos, observo as alegações de ofensa à lei federal não merecem prosperar.

De início, no tocante a apontada ofensa ao art. 489 do Código de Processo Civil de 2015, destaco que não é omissa e nem carece de fundamentação a decisão judicial que, embora decida em sentido contrário aos interesses da parte, examina suficientemente as questões que lhe foram propostas, adotando entendimento que ao órgão julgador parecia adequado à solução da controvérsia.

Assim:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REGULAR PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INÉPCIA DA INICIAL. HONORÁRIOS. COMPENSAÇÃO.

1. Ausência de violação dos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil, pois, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada.

2. Inviabilidade de acolher a alegação de inépcia da inicial, pois a convicção formada pela Corte local decorreu dos elementos existentes nos autos, os quais não são possíveis de ser reexaminados nesta via especial. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. Fixada a compensação de honorários na vigência do CPC/1973, deve ser mantida já que acolhida até então pelo ordenamento jurídico, conforme elucidado no enunciado da Súmula n. 306/STJ, tendo em vista que a sucumbência é regida pela lei vigente à data da deliberação que a impõe ou modifica.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.131.853/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 8/2/2018, DJe 16/2/2018.)

No mais, verifica-se que a matéria descrita no art. 884 do Código Civil de 2002 não foi objeto de exame pela instância ordinária, mesmo após o julgamento dos embargos de declaração, o que impossibilita o julgamento do recurso nesse aspecto por ausência do necessário prequestionamento, nos termos da Súmula 211/STJ.

Deveria a parte recorrente nas razões do seu especial, além de alegar ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, apontar, clara e especificamente, a incorreção no julgado a fim de viabilizar a apreciação, pelo Superior Tribunal de Justiça, de suposto vício de omissão, contradição ou obscuridade em que tenha incidido o acórdão embargado local, o que não ocorreu.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 141 E 492 DO CPC/2015. MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Fica inviabilizado o conhecimento de temas trazidos no recurso especial, mas não debatidos e decididos nas instâncias ordinárias, porquanto ausente o indispensável prequestionamento. Incidência da

Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça.

2. Esta Corte de Justiça, ao interpretar o art. 1.025 do Código de Processo Civil de 2015, concluiu que a caracterização do prequestionamento ficto exige que no mesmo recurso seja apontada violação ao art. 1.022 do CPC/2015.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.654.807/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 10/12/2018.)

Ainda que superado o referido óbice, constato a falta de rigor com que a parte recorrente expôs o seu inconformismo, visto que as razões do recurso especial estão dissociadas da fundamentação do julgado combatido, o que enseja a aplicação do óbice previsto na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL.

DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO APELO NOBRE. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS IMPUGNADOS. AÇÃO REVISIONAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. PENSÃO POR MORTE. EXAME DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL.

IMPOSSIBILIDADE. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. RATEIO IGUALITÁRIO. REVISÃO. IN CASU, IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REINTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULAS 5 E 7/STJ. VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 1º DA LEI COMPLEMENTAR 108/2001 E 77 DA LEI 8.213/91. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADOS. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO JULGADO ATACADO. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 283 E 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO PROVIDO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Em face da impugnação dos fundamentos da decisão que negou seguimento ao recurso especial, o agravo interno merece provimento. 2. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça a análise de suposta violação de dispositivos constitucionais, porquanto o julgamento de matéria de índole constitucional é de competência exclusiva do Supremo

Tribunal Federal, consoante dispõe o art. 102, III, da Constituição Federal.

3. A reforma do acórdão recorrido, a fim de se concluir pela possibilidade, na hipótese, do rateio igualitário do benefício de previdência complementar privada de pensão por morte, entre a ex-esposa e a companheira do participante instituidor falecido, como pretende a agravante, demanda a reinterpretação de cláusulas contratuais e a rediscussão de matéria fática, prática vedada, na espécie, pelos óbices das Súmulas 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

4. A ausência de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo a Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal.

5. É inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando as razões do recurso estão dissociadas do decidido no acórdão recorrido. Aplicação da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

6. Agravo interno provido. Agravo em recurso especial conhecido, para negar provimento ao recurso especial.

(AgInt no AREsp 1340592/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 07/12/2018)

No que diz respeito ao dano moral pretendido pela recorrente, a Corte estadual, com base nas cláusulas contratuais, nos fatos e provas dos autos, assim consignou (e-STJ, fls. 2.348-2.349):

No intuito de obter a procedência dos seus pedidos, a requerida alega que em decorrência de fatores alheios a sua vontade (erro e modificação no projeto, ocupação do local da obra por terceiros e paralisações), lhe causaram encarecimento nos custos e não foram contemplados no contrato e nem no aditivo e por isso a Nota Fiscal n. 00060 é devida.

Ocorre que, tais alegações não são suficientes para reforma da sentença. Explico.

O contrato foi celebrado em janeiro de 2012 (fls. 23/51) mediante carta proposta cujo valor global foi apresentado pela empresa apelante, para construção de um centro de imagens anexo ao Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, com preço “global fixo e irrevogável” de R\$ 1.873.446,49, para realização de todos os serviços, no prazo de 180 dias, conforme cláusulas primeira, oitava e

decima nona.

Após os percalços afirmados pela apelante (atrasos, impossibilidade de acesso à área e alterações no projeto), houve aditivo contratual celebrado em agosto de 2012 (fls. 52/55), mediante alteração das cláusulas primeira, segunda, oitava e decima nona, dentre as quais, houve alteração do preço global para R\$ 1.985.159,88 e dilação do prazo para conclusão dos serviços para 630 dias.

Desse modo, entendo que a superveniente celebração do termo aditivo contratual pelas partes foi suficiente para englobar os serviços adicionais reclamados pela empresa apelante, pois, além de prorrogar o prazo para conclusão do serviço, também houve incremento no preço total pago, conforme conclusão obtida na sentença.

Assim, de fato houve problemas para execução do contrato, conforme afirmado pelas testemunhas, contudo, tais fatos não são suficientes para reconhecer como devida a cobrança relativa à nota fiscal com valor acima do preço global ajustado.

Digo isso porque era de seu conhecimento – ou ao menos deveria ser – que tratava-se de contrato com preço global, fixo e irrevogável, que sofreria apenas atualização mediante IGP-M.

Ademais, a empresa requerida demonstrou mediante farta prova documental que o recebimento de valores era atualizado mediante IGP-M e que ao final houve o pagamento total de R\$ 2.023.725,77.

Quanto à alegação de que não houve abandono da obra, mas sim que foi impedida de entrar, tal fato não tem relevância para situação. Sendo certo que, após entrega do empreendimento, foi atestada a necessidade de reajustes, e para tanto, a apelada contratou outra empresa para execução de um serviço que deveria ser originalmente prestado pela requerida, pelo preço global ajustado contratualmente.

Também é preciso ter em mente que todos os gastos que a apelante afirma ter experimentado estavam previstos como de sua responsabilidade no contrato celebrado, sendo o preço global composto justamente por todas as despesas diretas e indiretas relacionadas neste recurso como por exemplo: execução do serviço, equipamentos, materiais, mão de obra, encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários.

Conclui-se que os fatos alegados pela empresa

apelante, sejam eles de atrasos, despesas adicionais, dívidas, débito com funcionários, não podem ser contabilizados para a empresa apelada, visto que o contrato previa ser de sua responsabilidade e o termo aditivo celebrado era justamente para cobrir essas despesas adicionais, não restando qualquer valor ou responsabilidade a ser arcada pela contratante.

Desse modo, também não pode lograr a tese de que havia um acordo verbal e que os engenheiros “reconheceram, de certa forma, a dívida”, primeiro porque, além de não haver demonstração de tal fato, trata-se de um contrato formalizado mediante preço certo, que, para realização de reajuste, seria necessária a celebração de um novo aditivo e assim não ocorrendo, não há como entender devida a cobrança da Nota Fiscal n. 00060.

Assim, a manutenção da sentença é medida que se impõe, motivo pelo qual dou por prejudicado o pedido relativo ao dano moral.

Como se vê, o Tribunal de origem solucionou a controvérsia com base no contrato celebrado entre as partes, bem como no conjunto fático-probatório constante dos autos, de sorte que a modificação do acórdão recorrido esbarra nos óbices contidos nas Súmulas 5 e 7/STJ, respectivamente.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. ATRASO NA ENTREGA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANOS MATERIAIS E MORAIS COMPROVADOS. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS N°S 5 E 7/STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCC. INAPLICABILIDADE. SÚMULA N° 83/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA.

1. Rever as conclusões do acórdão recorrido acerca da existência de danos materiais e morais indenizáveis demandaria o reexame de cláusulas contratuais e de matéria fático-probatória, procedimentos inadmissíveis em recurso especial, nos termos das Súmulas n°s 5 e 7/STJ.

(...)

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.126.802/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS

BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/09/2018, DJe 27/09/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. INADIMPLEMENTO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos e interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas n. 5 e 7 do STJ).

2. No caso concreto, o Tribunal de origem, a partir do exame dos elementos de prova e da interpretação de cláusulas contratuais, concluiu pela inexistência de cerceamento de defesa, pela inobsevância do dever de informação, pela deficiência na prestação do serviço contratado e pela existência de dano moral, oriundo da conduta culposa das recorrentes.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.411.930/ES, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 30/10/2017.)

Registro, ademais, que o dissídio jurisprudencial não foi demonstrado nos moldes legais e regimentais; para tanto, é necessária a demonstração da similitude fática e da divergência na interpretação do direito entre os acórdãos confrontados, o que não ocorreu na espécie.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários advocatícios em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, considerando-se suspensas as exigibilidades em caso de concessão de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

